

PT BOLETIM NACIONAL

ÓRGÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT

O Congresso vai bem, obrigado!

Nosso secretário nacional de Formação Política, Gilberto Carvalho, demonstra grande preocupação sobre quem tem possibilidade de participação no 1º Congresso do PT: "lacunas importantes devem ser superadas com urgência se não quisermos comprometer a qualidade da contribuição do Congresso ao Partido. Elas dizem respeito ao público que efetivamente participa hoje do debate e da elaboração. Estão faltando importantes atores nesta peça: a chamada sociedade civil, nossas lideranças intermediárias e nossa base. É muita gente!"

Página 10



Qual a contribuição que pode ser dada pelos ecologistas do Partido?

página 11

Terra para morar, terra para plantar



Jornada nacional de luta pela terra

página 9

Como regularizar as finanças?

A Secretaria Nacional de Finanças, junto com os secretários estaduais, avaliou a atual política financeira do partido, debateu propostas para regularizar a situação e deixou um recado: os estados que não estiverem em dia com suas obrigações financeiras junto ao DN não terão direito a participar do 1º Congresso.

página 8

DECLARAÇÃO DO MÉXICO

De 12 a 15 de junho de 1991 realizou-se, na cidade do México, o II Encontro dos Movimentos e Partidos do Fórum de São Paulo, que reuniu 68 organizações e partidos provenientes de 22 países. Veja a íntegra da Declaração do México nas páginas 6 e 7

Porque perdemos

O nosso Partido perdeu o Congresso da UNE para o PCdoB. O Companheiro Jorge Almeida, em seu artigo no último Boletim Nacional, ao procurar as respostas para este fato se esquece do fundamental: a falta de democracia, que impediu a unidade petista.

Na preparação do Congresso da UNE foi realizado um encontro de estudantes, que se fosse preparado com ampla discussão na base, poderia garantir a unidade e a vitória petista. Todavia, correntes no ME (a Articulação, a DS e a NE) não demonstraram interesse em garantir esta discussão. Para eles o que interessava era fazer aprovar suas posições numa tese que pudessem chamar de "única no PT", independentemente dos estudantes petistas conhecerem-na.

Assim, o encontro foi realizado com menos de duas semanas de preparação nas escolas. Nos pouquíssimos lugares que se tirou delegados ao encontro em São Paulo, por exemplo, ocorreram apenas duas plenárias - as pré-teses mal chegaram ao conhecimento da militância. O resultado foi um encontro esvaziado com cerca de 60 delegados representando menos de 900 filiados, alijando, portanto, dezenas de

milhares de filiados universitários de todo o país. Neste quadro foram aprovadas posições que não arramavam a UNE para as lutas e ainda propunham a burocratização da mesma ao defender o fim das UEE's criando uma estrutura verticalmente centralizada, com as UNE's regionais.

A tese aprovada, chamada de "Prá fazer Acontecer" foi depois do encontro escandalosamente modificada. Num desrespeito extraordinário ao próprio encontro, um acordo de cúpulas resolveu reimprimir em nova versão a tese!

Estes métodos anti-democráticos não motivaram a base de ativistas do PT na tirada de delegados. Durante o Congresso, a direção da Plenária de petistas conduziu os trabalhos com um autoritarismo sem precedentes. Impedindo a palavra a vários companheiros, não deixaram a plenária votar teses defendidas por petistas. Nem mesmo emendas à tese vencedora poderiam ser apreciadas - petistas da Juventude Revolução, por exemplo, tinham disposição de propor emendas ao texto aprovado. Não corresponde à verdade o diz o companheiro Jorge Almeida que "em nenhum momento, mesmo quando publicamente perguntados,

admitiram (os contestatários) acatar as posições majoritariamente aprovadas". Por outro lado, os coordenadores da tese "Pra Fazer Acontecer" não procuraram a unidade petista para a conformação de uma chapa.

Depois de dividir na plenária a base petista, os dirigentes de Prá Fazer Acontecer abandonaram a própria tese e passaram a fechar textos junto com o PCdoB - força que por anos esvaziou e burocratizou a UNE. A base de independentes que poderia ser ganha pelo PT dispersou-se e o PCdoB pôde ganhar o Congresso.

A universidade brasileira está sendo violentamente atacada por Collor. A nós petistas, cabe agora dar a UNE e ao ME uma linha de lutas contra o projetão em defesa das reivindicações. Para tanto, devemos tirar as lições destes acontecimentos e no quadro de preparação do Primeiro Congresso do Partido aprender que nenhum acordo entre tendências pode substituir a democracia de base no PT.

Alberto Handfas
Membro da Coordenação
Nacional de Universitários do PT

Lenin dizia...

Por mais que estejamos e sejamos solidários com a "República Popular de Cuba", as resoluções, polêmicas, debates e entendimentos dos petistas (até o 7º Encontro Nacional) são no sentido de trilharmos um caminho próprio, superando tanto o "burocratismo estalinista", quanto a social-democracia ou mesmo posições "ultra-esquerdistas" de companheiros filiados ao trotskismo.

Por isto, não está correta a afirmação da prezada companheira Marlene Rocha, publicada no BN de abril, nº 53: "E estar solidários com aquele povo neste momento é fundamental para que não se perca a importante experiência que eles estão vivendo. O projeto que eles estão

construindo, que apesar de todas as críticas que possamos ter está próximo do que queremos para o nosso Brasil".

(...) "Apesar de todas as críticas"... Não só apesar, mas contando com elas, que construiremos uma sociedade efetivamente democrática e socialista".

A companheira Marlene Rocha poderia se preocupar mais com a educação política dos petistas, do que realizar afirmações simplistas, superficiais ou doutrinárias sobre o processo cubano.

Lenin dizia que não "devemos" vender ilusões à classe operária.

José Pedro Renzi
Araraquara - SP

Em resposta:

Em nenhum momento o artigo teve a intenção de passar uma idéia simplista e muito menos doutrinária. Até porque o caráter do artigo era de informar sobre uma atitude que foi realizada.

Não se trata em nenhum momento de omitir as críticas ou de copiar o modelo cubano. Antes, trata-se de fazer nossas críticas, ressaltando os pontos negativos mas de nos manter solidários nesse momento de grandes dificuldades. Elas sempre existiram, mas hoje se agravam pelas transformações no Leste e o cerco provocado pelos EUA com o bloqueio

econômico.

É claro que é mais fácil criticar sem se comprometer só que esta atitude reforça ainda mais a posição do inimigo. E isola ainda mais Cuba. Não podemos esquecer que lá tem um povo determinado e que tem o direito de construir o modelo segundo suas condições e convicções. A nós cabe discutir com eles de forma solidária e fraterna, sem esquecer todas as conquistas que o socialismo trouxe, sem negar o socialismo só porque agora é moda fazê-lo. Vamos negar os crimes, os erros dos modelos, mas não o socialismo.

Marlene Rocha
SNFP

ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura basta enviar este cupom, com seu nome e endereço, e um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores - Rua Conselheiro Nébias, 1052 CEP 01203 - São Paulo/SP, Boletim Nacional

12 edições Cr\$ 1.800,00
(preço válido até 15/8)

Nome _____

Endereço _____

Cidade _____

CEP _____ Estado _____



JULHO DE 1991 - Nº 56

O Boletim Nacional é uma publicação mensal da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Rua Conselheiro Nébias, 1052
CEP 01203 - São Paulo/SP
fones: (011) 223 7999/7904/
ou 222 2956/2875/6986

Secretário de Comunicação
João Machado
Secretário Adjunto
Markus Sokol
Jornalista Responsável
Marisa Lourenço - MTb 18321
Colaboradores
Marília Boschetto e José Rocha Cunha
Editoração Eletrônica
Caco Bisol
Fotolito e Impressão
Artes Gráfica Guarú Ltda.

Aqui publicamos trechos do manifesto:

Por um PT Socialista e Revolucionário

Nosso Congresso se realiza em um período de grandes mudanças no mundo. O PT, após onze anos de construção, disputas e importantes conquistas que tornaram referência obrigatória na vida política nacional, tem a tarefa e as condições de avançar na elaboração estratégica e programática, e de contribuir para o enfrentamento dos dilemas postos para o movimento socialista. No processo de debate que estamos realizando, particularmente nas pré-teses ao I Congresso, muitas posições têm se manifestado nesse sentido.

Há, no entanto aquelas de conteúdo liberal-reformista e, por outro lado, as que cultivam concepções dogmáticas e economicistas. Neste quadro, nós militantes, dirigentes, parlamentares, petistas e colaboradores de diferentes posicionamentos, dirigimo-nos a todos os filiados para apresentar idéias que julgamos úteis à continuidade da construção do Partido no sentido revolucionário.

O vendaval que varreu o Leste Europeu não deixou pedra sobre pedra no edifício das tiranias burocráticas. Caiu a máscara dos burocratas que falavam em nome do marxismo. A crise do movimento socialista chegou ao clímax. Mas agora - com a grande maioria da militância renunciando às ilusões de antes e à herança stalinista - estamos mais perto de reconstruí-lo(...)

Não faltará quem observe que o PT precisa sair da infância. Já saiu. Passou a época de ficar apenas marcando posição. Transformamos-nos, depois de 88 e da campanha presidencial, em alternativa de governo. Não nos tornamos um partido senil, da ordem, razão pela qual julgamos fundamental que a política socialista mantenha sua dimensão crítica. Faremos política afirmativa, mas descortinando uma alternativa global para a luta desse povo tão sofrido contra a exploração, a opressão, a dependência e a miséria, cujos nomes são: imperialismo, Estado burguês, capital oligopolista e latifúndio. Quem não compreender esse *detalhe* estará deixando escapar o essencial.

II

Para o Partido, já não basta o método de elaborar concepções e políticas de modo empírico a partir de resoluções pontuais. Não podemos marcar nosso passo e muito menos voltar ao passado como se hipnotizados pelas pegadas que deixamos. Impossível. O desenvolvimento de uma alternativa revolucionária em oposição ao liberal-reformismo não pode estar baseado na afirmação de dogmas ou na negação da realidade, no obreirismo ou no economicismo(...)

Mas não se trata de começar tudo de novo. O refundacionismo e o socialismo liberal, que imprimiram à defesa do reformismo um caráter de cruzada, cultivam a pretensão de jogar no lixo elementos revo-

lucionários de nossa trajetória. A pretexto de não voltar ao passado pelas pegadas que deixamos e de pensar em termos de século XXI, apontam-nos o caminho que recusamos com razão quando ousamos construir um partido independente.

III

Não se pode alimentar a expectativa de que este Congresso resolva tudo. Entretanto, são necessários alguns passos decisivos. De um modo geral o PT deve se afirmar como partido dirigente das lutas de massas, consolidar-se como opção de governo e se construir como alternativa de poder.

Para nós a política só tem sentido na busca do socialismo. Abandonar o pensamento estratégico, como dita a moda, equivaleria a destruir a dimensão revolucionária da elaboração partidária e por extensão do próprio Partido como ator de uma alternativa de poder. Eis porque nós petistas devemos aprender a usar e combinar armas como disputa de hegemonia e enfrentamento, movimentos extra-parlamentares e lutas institucionais, reforma e revolução, acúmulo de forças e ruptura, bloco histórico e política de alianças, terreno nacional e internacionalismo proletário, e assim por diante. O Partido já reúne uma herança política muito importante, mas insuficiente quando se pensa na conquista da revolução social(...)

A dimensão orgânica da estratégia, especialmente a reestruturação partidária, é uma tarefa central do Congresso. Os nossos dilemas políticos se concentram e adquirem radicalidade nos debates sobre organização. Encontra-se vinculada à teoria da revolução socialista no Brasil uma concepção de partido socialista, revolucionário e de massas, com pluralidade ideológica e ampla democracia interna. É preciso avançar na capacidade e na unidade de ação política do Partido, na valorização de seu papel dirigente,

no fortalecimento de suas instâncias e sobretudo - como condição da organicidade militante e da democracia interna - retomar a nucleação como centro atual de sua construção.

No âmbito da tática o Partido precisa de uma plataforma política geral capaz de cumprir um duplo objetivo. De um lado, unificar as lutas populares por exigências imediatas e parciais, dando às reformas sociais um sentido anti-governamental, popular e anti-capitalista. De outro, referenciar uma alternativa global, de conteúdo democrático e popular, a ser construída nas lutas de massas, nos embates parlamentares e nas disputas para o governo. Eis o terreno que permite a construção prática da contra-hegemonia socialista e o acúmulo de forças para ultrapassar a ordem do capital.

Companheiras, companheiros,

A esquerda brasileira sistematicamente cometeu o erro de importar modelos. Não elaborou sobre as experiências internacionais, não usou do rigor necessário aos que pretendem mudar o mundo. Agora, no âmbito do nosso Partido, busca-se imitar o modismo europeu de trânsito à social-democracia, repetindo-se não só a prática acrítica do passado, mas também cumprindo o papel irresponsável de fazer coro com os ideólogos burgueses quando identificam o fim das tiranias burocráticas do Leste com a derrota do socialismo.

Conhecemos as dificuldades que o socialismo liberal encontrará para domesticar a militância petista, fazer *tábula rasa* da herança partidária e unificar pela direita a maioria dirigente. Todavia, não temos o direito à negligência. Neste Congresso o futuro revolucionário do PT exige um esforço de elaboração crítica e determinação na construção do Partido seguindo os passos da sua herança socialista - compromissada

com a resistência dos trabalhadores, anti-capitalista e libertária.

Assinam o Manifesto "Por um PT Socialista e Revolucionário", entre outros, os companheiros:

Jorge Almeida - Comissão Executiva Nacional, BA
 Nelson Pelegrino - Dep. Estadual, BA
 Antonio Carlos Andrade - Executiva Nacional da CUT, DF
 Hélio Doyle - Jornalista, DF
 Lauro Campos, Economista, DF
 Eurípedes Camargo - Dep. Distrital, DF
 Brice Bragato - Dep. Estadual, ES
 Gilmar Machado - Dep. Estadual, MG
 Helena Grecco - Vendedora em BH, MG
 João Antonio de Paula - Economista, MG
 José Luiz Guedes - Ex-dep. Federal, MG
 Reinaldo de Lima - Dep. Estadual, MG
 Ronald Rocha - Diretório Nacional - MG
 Edmilson Rodrigues - Dep. Estadual, PA
 Cesar Queiroz Benjamin - Jornalista, RJ
 Washington Costa - Executiva Nacional da CUT, RJ
 Flávio Koutzi - Dep. Estadual, RS
 Armando Brito - Cientista Político, SP
 Artur Scavone - Diretório Nacional, SP
 Durval de Carvalho - Executiva Nacional da CUT, SP
 Florestan Fernandes - Dep. Federal, SP
 Luis Eduardo Greenhalgh - Diretório Nacional, SP
 Ivan Valente - Dep. Estadual, Diretório Nacional, SP
 Ricardo Antunes - Sociólogo, SP
 Jacob Gorender - Historiador, SP
 Teresa Lajolo - Vereadora - SP

Um balanço do 1º semestre

Terminado o primeiro semestre de atuação da nova Bancada do PT no Congresso, nossos deputados federais e nosso senador preparam-se para a reunião de avaliação marcada para 5 de agosto. Será um balanço crítico centrado em duas questões principais. De um lado, os esforços para efetivar a política definida pelo diretório nacional, no sentido de combinar a oposição ao governo com a formulação de políticas alternativas para o enfrentamento da crise. De outro lado, será examinada a nova organização e dinâmica da Bancada estruturada em núcleos temáticos e dirigida por uma coordenação integrada pelos vice-líderes.

A ampliação de 16 para 36 parlamentares e os novos espaços conquistados pelo Partido no Congresso determinaram a necessidade de uma estruturação diferente da Bancada, que passou a organizar-se em seis núcleos temáticos, cada um coordenado por um vice-líder e integrado por cerca de sete deputados, além de assessores. Formou-se também a coordenação da Bancada, instância dirigente formada pelo líder e vice-líderes, subordinada à Executiva e ao Diretório Nacional do PT. Essa forma de se organizar permitiu à Bancada atuar em todas as áreas do Congresso Nacional, com os núcleos acompanhando seus respectivos temas no plenário, nas comissões, na fiscalização e no contato com a sociedade e instâncias partidárias. Durante boa parte desses primeiros meses, nossos parlamentares ocuparam-se na montagem dessa estrutura.

O líder da nossa Bancada na Câmara dos Deputados, José Genoíno, avalia, no entanto, que "se foi positiva a nova organização, o funcionamento coletivo deixou a desejar". Para Genoíno, um dos principais objetivos agora é aperfeiçoar a dinâmica do funcionamento coletivo da Bancada, aumentando nossas iniciativas políticas, principalmente com projetos de grande envergadura e possibilitando maior uniformidade na atuação dos deputados, respeitadas suas particularidades.

Genoíno aponta outra dificuldade

Zezinho revolucionário para sempre

Uma pequena multidão prestou sua última homenagem ao companheiro José Carlos Dias de Oliveira (Zezinho), vitimado por uma pneumonia no último dia 15 de junho. A juventude, feministas, ecologistas, sindicalistas e internacionalistas, dirigentes de todas as frentes e tendências do PT, o prefeito da capital Olívio Dutra, vereadores de Porto Alegre e do interior, deputados estaduais e federais, além de companheiros de outros partidos de esquerda, assobiaram e cantaram o hino da Internacional Comunista naquele triste dia.

O companheiro Zezinho desde cedo participou da luta do povo brasileiro pela derrubada da ditadura e pelo socialismo. Aos quinze anos, ajudou a fundar a tendência socialista do então MDB. Sempre preocupado com a conscientização revolucionária e a propaganda do marxismo, abriu a livraria "Combate", especializada em literatura socialista. Fundador do jornal *Em tempo* constituiu junto com outros companheiros da esquerda, o movimento pró-PT, em 79, tornando-se seu fundador em 1980. Foi fundador, também, da tendência do PT Democracia Socialista (DS). Em 82, lançou-se candidato a vereador pelo PT de Porto Alegre.

O camarada Zezinho foi para todos nós um grande exemplo de dedicação na luta pelo socialismo, na construção do PT e pela derrubada de todos os muros. Sua clareza política e o caráter sempre fraterno de suas críticas nos vários embates o colocaram como um dos principais expoentes da construção partidária e do movimento popular no estado do RS. Pelo significado de sua vida, pela grandiosidade de sua trajetória, Zezinho faz parte, sem sombra de dúvidas, daquele grupo de combatentes

para ser enfrentada com maior vigor no segundo semestre. "A aliança progressista e democrática no Congresso está por ser construída", afirmou, explicando que "as relações com o PDT ficaram estremecidas em decorrência da campanha eleitoral e de diferenças táticas entre eles e o PT". O líder petista vai propor à Bancada o desenvolvimento de uma ofensiva para fortalecer a aliança com as forças progressistas no

revolucionários que Brecht qualificou como imprescindíveis

A atuação dos petistas no Congresso da UNE

A Comissão Política da CEN, reunida no dia 1º de julho iniciou o debate de avaliação da atuação do Partido na preparação e na realização do 41º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), realizado em Campinas nos dias 31 de maio, 1 e 2 de junho. A Comissão Política delegou à Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) a tarefa de apresentar, para discussão no Diretório Nacional, um minucioso relatório, inclusive propondo sanções, se for o caso, a filiados que eventualmente tenham infringido as normas partidárias. A Comissão Política também decidiu incumbir a Secretaria Nacional de Organização de apreciar a atuação dos filiados petistas adeptos da tendência interna Convergência Socialista, na preparação e na realização do 41º Congresso da UNE. Nos debates, a Comissão Executiva deve procurar esclarecer com mais precisão quais as expectativas que tinha em relação à atuação das tendências internas do Partido na preparação e na realização do 41º Congresso da UNE.

Leme, cinco anos depois

A 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manteve, no dia 26 de junho, a condenação imposta à Fazenda do Estado de São Paulo pelo Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Leme, no processo movido pelos familiares dos trabalhadores Orlando Correia e

Sibele Aparecida Manoel, mortos por policiais militares no dia 11 de julho de 1986, durante a greve dos canavieiros de Leme e região.

Ao julgar recurso de apelação da Fazenda do Estado contra a sentença de primeira instância, os Desembargadores entenderam ter ficado provado que os tiros que vitimaram os dois trabalhadores partiram dos revólveres dos policiais militares, inexistindo culpa de parte das vítimas.

Como todos devem recordar, à época dos fatos, em plena campanha eleitoral, o então Governador Franco Montoro e outras autoridades estaduais e federais afirmaram que deputados do Partido dos Trabalhadores seriam os responsáveis pelas mortes, o que novamente foi negado pelo Judiciário.

Com esta decisão ficou o Estado de São Paulo obrigado a pagar a pensão à mãe de Sibele Aparecida Manoel e à esposa da Orlando Correia, enquanto viverem, e aos filhos deste até a idade de 25 anos.

Foram advogados dos familiares das vítimas os Doutores Luiz Eduardo Greenhalgh, inicialmente, e Michael Mary Nolan e Aton Fon Filho, ao final.

Teses para o 1º Congresso

A Comissão Executiva Nacional definiu, na reunião de 24 de junho, alguns critérios para a apresentação das teses ao 1º Congresso. As teses (definitivas) devem seguir as seguintes especificações:

Temas - "Socialismo: concepção e caminhos de sua construção" e "Concepção e prática de construção e atuação partidária";

Prazo final - 12 de agosto de 1991, às 18:00 hs.;

Tamanho - máximo de 600 linhas de 70 toques;

Assinaturas - 300 assinaturas de filiados ao PT (assinaturas repetidas são permitidas mas não contam para atingir o mínimo)

namento com a sociedade, Genoíno considera necessário "criarmos canais mais ágeis e eficientes com o movimento sindical e popular no sentido de colhermos subsídios e mantermos permanente contato político". Para o líder petista, a combinação da atuação dentro e fora das paredes do Congresso demanda novas formas de se concretizar.

Márcio Araújo

Lula na Alemanha

O Presidente Nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, viajou à Alemanha no período de 04 a 09 de junho acompanhado do dirigente sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Mário dos Santos Barbosa.

Lula viajou a convite da Igreja Evangélica da Alemanha para participar no "Kirchentag" (Dia da Igreja). Congresso que todo ano reúne cristãos evangélicos do mundo inteiro, sendo a grande maioria jovens. Também esteve presente ao congresso a companheira Benedita da Silva, deputada federal do PT.

O evento que reúne mais de 30 mil pessoas acontece ao mesmo tempo nas cidades de Dortmund, Essen e Bochum. Em Dortmund onde Lula participou, estavam presentes cerca de 15 mil pessoas, e o tema que mais interesse despertou foi a Realidade da América Latina com destaque para a questão da Amazônia e Meio Ambiente.

Lula empolgou o público presente com seu discurso ao caracterizar as várias faces da miséria dos povos do 3º Mundo e a dívida externa como o demônio que a humanidade precisa combater. Em vários momentos foi aplaudido de pé. À tarde Lula participou de uma

mesa de debates junto com a companheira Benedita da Silva, representantes do México e Nicarágua, respondendo perguntas. No dia seguinte Lula foi a Berlim. Nesta cidade participou de encontro com representantes de partidos políticos verdes, PDS, SPD, do Ig Metall e DGB. O tema central da conversa foi o processo de reunificação da Alemanha. A constatação é de que o sonho da reunificação virou pesadelo para o povo. O governo não cumpre as promessas feitas durante a campanha eleitoral, cresce o desemprego e a perda de benefícios sociais antes assegurados. Os alemães orientais imaginaram viver com as vantagens do socialismo e as facilidades de consumo do capitalismo.

À noite Lula participou do "Lateinamerikatage" (dia da América Latina) - debate promovido por um grupo de solidariedade ao Brasil sob coordenação do Núcleo do PT em Berlim sobre a Realidade Brasileira e a questão da Amazônia, que reuniu cerca de 500 estudantes. Outra vez Lula foi aplaudido de pé várias vezes e principalmente quando afirmou: "Se é verdade que a Amazônia é o pulmão do mundo, a dívida externa é a pneumonia".

O PT na XVI Assembléia da COPPPAL

Realizou-se nos dias 23 e 24 de junho, em Valparaíso, no Chile, a XVI Assembléia da COPPPAL (Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina). O PT foi representado pelo companheiro Plínio de Arruda Sampaio da Comissão Executiva Nacional.

Os temas centrais do debate foram "Integração Latino-americana no Contexto Mundial", e "Iniciativa para as Américas". Em relação a esta segunda questão, havia posições muito diferentes entre os partidos presentes, posições tanto de apoio (como a do PRI, partido no governo do México há décadas) quanto de crítica dura. Com relação à integração latino-americana, houve acordo em considerações gerais, que serviram de base a uma "Carta de Valparaíso", dirigido aos chefes de Estado Latino-americanos que se reunirão em Guadalajara, no México, em 18 e 19 de julho.

Além destas discussões centrais, foram aprovadas resoluções sobre diversas questões, como:

- pela reincorporação de Cuba na OEA, pelo fim do bloqueio econômico pela normalização das relações entre Cuba e os EUA, com respeito à soberania e à autodeterminação de cada país;
- pela superação da condição de subordinação política de Porto Rico, e sua reintegração à América latina como estado Soberano;
- contra a ocupação do Panamá, em favor de atos e mobilizações de apoio à libertação deste país;
- apoio ao processo de negociação em El Salvador entre o governo e a FMLN, exortando as partes a que flexibilizem posições;
- apoio ao processo de negociação na Guatemala entre o governo e a URNG para procurar uma solução política para o prolongado conflito armado que sofre o país.

III Encontro de solidariedade

Nos dias 21, 22 e 23 de junho de 1991, realizou-se em São Paulo, o III Encontro Latino-americano pela Solidariedade, Soberania, autodeterminação e vida de nossos povos.

A abertura, na Câmara Municipal teve como principais oradores Hebe de Bonafini, presidente das "Madres de Plaza de Mayo" da Argentina, o senador Júlio Cesar Caligiuri, o companheiro Sandoval do Partido de La Revolucion Democrática do México, Jorge Moreno do Equador, Roberto Regalado, de Cuba e Luiz Inácio Lula da Silva.

A continuidade dos trabalhos foi no Instituto Cajamar e, no dia 22 contou com a presença da Prefeita de São Paulo, companheira Luiza Erundina.

Representantes de entidades populares, sindicais e partidos políticos democráticos e de esquerda debateram durante três dias a problemática da América Latina sob o ponto de vista do movimento popular.

Entre os temas mais importantes abordados, merecem ser destacados o balanço dos 500 anos do denominado descobrimento da América (500 anos de conquista), as perspectivas de uma verdadeira integração democrática e soberana e a chamada "Iniciativa Bush para a América Latina".

Na resolução final, aprovada por unanimidade se afirma que:

- "...os movimentos populares têm hoje um papel protagônico e fundamental na luta pelo bem estar popular, pelo progresso de nossas nações, pela liberdade, a democracia plena, pelas transformações sociais (...)"

- entendemos que nas condições atuais, o movimento de solidariedade deve ampliar-se e estender-se ao conjunto da sociedade, dialogando com seus movimentos e organizações, para que elas assumam a prática permanente da solidariedade continental.

- É necessário dar respostas positivas, intensificar os esforços para promover a integração política, cultural e científica, econômica e democrática, entre as nações e os povos do continente..."

O encontro manifestou sua solidariedade ao povo cubano na sua luta pela autodeterminação nacional contra o cerco econômico, político e diplomático imposto pelo imperialismo dos Estados Unidos. A favor

dos processos de negociação para conseguir a paz e a democracia iniciadas pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, da Guatemala. Defesa das conquistas sociais na Nicarágua, produto da Revolução Sandinista e apoio à FSLN na sua resistência à ofensiva imperialista instrumentada pelo Governo da UNO.

- "Firme exigência da retirada imediata das forças dos EUA do Panamá!

- Apoio ao processo democrático no Haiti.

- Pela independência de Puerto Rico.

- Apoio ao povo da Colombia em defesa da democracia e da vida, pelo fim dos assassinatos de militantes populares.

- Condena a intervenção militar americana nos países andinos sob o pretexto da "luta contra o narcotráfico".

- Solidariedade com o povo argentino na reivindicação de soberania sobre as Ilhas Malvinas. Com os presos políticos que ainda ocupam os cárceres em vários países.

E, finalmente:

"Nossa solidariedade ativa com o movimento negro, de mulheres, de nações indígenas e crianças de rua, de familiares desprovidos, presos políticos e vítimas da repressão e com todos aqueles que lutam pela defesa dos Direitos Humanos e contra todas as formas de discriminação e opressão".

O IV Encontro será realizado em Havana, Cuba, nos dias 23, 24, 25 e 26 de julho de 1992.

Todas as tarefas de preparação e realização do IV Encontro serão encaminhadas como parte de uma grande Campanha de Solidariedade Continental.

A organização ficou a cargo de uma coordenação continental formada pelos comitês de Quito, Bogotá, São Paulo e Havana.

Participaram 180 delegados e observadores representando 150 entidades de 16 países: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Hugo Scotte
Secretaria de Relações
Internacionais do PT

DECLARAÇÃO DO MÉXICO

II Encontro de Movimentos e Partidos do Fórum de São Paulo

Realizou-se de 12 a 15 de junho, na Cidade do México, o II Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Fórum de São Paulo, dando continuidade ao Encontro de Partidos e Movimentos de Esquerda da América Latina e Caribe, realizado em São Paulo, de 2 a 4 de julho de 1990, por convocação do PT.

Participaram do Encontro 68 organizações e partidos políticos de 22 países, dentre os quais vários dos partidos populares e de esquerda mais importantes da região: além do PT, o PRD do México (responsável pela organização do II Encontro), o PC Cubano, a FSLN, a FMLN de El Salvador, vários partidos da Frente Ampla do Uruguai, o Partido da Unidade Mariateguista e a Esquerda Unida do Perú, o Partido Socialista do Chile, o Movimento Bolívia Livre, o M-19 da Colômbia, o Movimento Lavalás do Haiti (do atual presidente haitiano, o Padre Aristide), o MAS da Venezuela, a URNG da Guatemala.

Assim, tal como o I Encontro, esta foi uma reunião pluralista.

O Encontro debateu o tema geral "A América Latina e o Caribe frente à reestruturação econômica internacional", enfatizando a questão da integração continental do ponto de vista das forças populares e de esquerda.

Foi aprovada a "Declaração do México", que transcrevemos nestas páginas. Várias atividades de prosseguimento do intercâmbio foram definidas, entre elas a realização do III Encontro em junho de 1992, em país ainda a ser definido. Além disso, foram aprovadas resoluções específicas de solidariedade com as lutas dos povos latino-americanos e caribenhos em defesa de sua soberania e da democracia: em defesa da soberania de Cuba contra a ameaça imperialista, em defesa das conquistas da Revolução Sandinista, em apoio ao governo popular haitiano, em apoio a FMLN e à URNG em seus esforços de negociar a conquista de paz em bases justas, contra a ocupação do Panamá, entre outras lutas.

No Encontro o PT foi representado por Lula e por Marco Aurélio Garcia, secretário de Relações Internacionais.

DECLARAÇÃO DO MÉXICO

De 12 a 15 de junho de 1991 realizou-se, na cidade do México, o II Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Fórum de São Paulo. Nesta ocasião o Fórum reuniu 68 organizações e partidos políticos provenientes de 22 países que examinaram a situação e a perspectiva da América Latina e Caribe frente à reestruturação hegemônica internacional.

A ampliação do número de participantes da região se completou com a presença de 12 organizações e partidos políticos da Europa, Canadá e Estados Unidos. Com a organização deste fórum, promovido pelo Partido da Revolução Democrática do México (PRD), ratifica-se e se dá continuidade às emendas do I Encontro de Organizações e Partidos Políticos de Esquerda realizado no ano passado em São Paulo, por iniciativa do Partido dos Trabalhadores do Brasil (PT), e no sentido de aglutinar um maior número de forças políticas interessadas em discutir os atuais problemas latino-americanos e buscar alternativas viáveis para enfrentar os desafios das transformações que nossas realidades permitem.

O debate realizado neste II Encontro foi franco, aberto, democrático, plural e unitário, com a participação de um amplo leque de forças. Uma têm identidades nacionalistas, democráticas e populares, enquanto que várias outras levam estes conceitos para identidades socialistas diversas, estando todas comprometidas com todas as transformações estruturais requeridas para o cumprimento dos objetivos das grandes maiorias de nossos povos pela justiça social, pela democracia e libertação nacional.

Durante o II Encontro foram analisados e discutidos os impactos econômicos, políticos, sociais e culturais da crise, produto da imposição dos modelos neoliberais em nossa região. Os participantes trocaram opiniões sobre diferentes aspectos que se desdobram da transição democrática; a relação da democracia com a economia e a sociedade, sua vinculação com os direitos humanos, com a soberania e

com a não intervenção.

O II Encontro examinou, também, as estratégias democráticas e populares no plano econômico, no político, no social e no cultural, assim como as experiências regionais no âmbito da integração.

Aprovaram também diversas resoluções de solidariedade com as lutas dos povos latino-americanos e caribenhos na defesa da soberania e pela democracia, o bem estar social e o desenvolvimento econômico.

Neste sentido considerou-se tarefa primordial de solidariedade a defesa da soberania de Cuba e os esforços para frustrar os planos do poder imperialista dos Estados Unidos contra a Revolução Cubana. Destacou-se a necessidade de defender as conquistas da Revolução Sandinista, ameaçadas depois da derrota eleitoral da FSLN, de apoiar os significativos avanços do povo haitiano encamadas no governo do padre Aristide, de solidarizar-se com a luta da FMLN e demais forças progressistas em El Salvador em busca de uma sólida negociação política que erradique as causas da guerra, de apoiar a luta da URNG da Guatemala e suas propostas encaminhadas para conquistar a paz sobre bases justas, de respaldar a luta pela saída das tropas yanques do Panamá, de assumir a luta anticolonialista dos porto-riquenhos e os demais povos das colônias do Caribe, de rechaçar a intervenção militar que sob o pretexto da "guerra andina contra o narcotráfico" os EE.UU. praticam na Bolívia, no Perú, no Equador e na Colômbia, e ainda de condenar as fraudes eleitorais e todas as formas de repressão.

Além disso, o II Encontro expressou seu apoio à reivindicação da Argentina sobre as Ilhas Malvinas; seu repaldo à independência de Martinica e Guadalupe sua adesão à campanha de solidariedade contra a cólera no Equador denominada "un barco pela vida" e sua repulsa a todas as medidas de impunidade na América Latina frente aos crimes do militarismo e às violações dos direitos humanos em

nosso continente, ou particularmente, as relacionadas com os desaparecidos.

A década de 80, a chamada década perdida para a América Latina, foram anos de crise e reestruturação global da economia internacional, das relações entre as nações e das economias, assim como das relações políticas e sociais dentro de cada país, desapareceram ditaduras militares em muitos países. Nestes e em outros abriram-se novos espaços de participação política, muitas vezes em democracias restritas, permitindo a gestação, em meio à crise, de novos movimentos sociais de ampla expressão popular, lutando por reivindicações econômicas e sociais e pela democracia.

É no marco deste processo que surge, em alguns países do continente, importantes partidos populares, assim como se fortalecem e ficam socialmente mais arraigadas muitas organizações que desenvolviam suas lutas desde décadas anteriores. O avanço destas forças se expressou, em alguns países da América Latina, na conquista de governos locais, regionais e nacionais.

Globalmente as forças e movimentos populares, reivindicando ou não o socialismo em seus programas, impulsionaram seu interior significativos processos de renovação política e orgânica em crescente articulação com as lutas sociais.

Expressão deste processo de renovação é o crescente esforço de unidade, a crítica de concepções dogmáticas e o combate ao sectarismo.

A profunda reflexão que fazem as esquerdas e todas as forças democráticas latino-americanas, mostram a necessidade de oferecer à sociedade alternativas concretas sob a perspectiva das classes trabalhadoras, das forças democráticas e dos interesses nacionais, superando assim a simples crítica do sistema.

As políticas recessivas de inspiração neoliberal aprofundam a crise política e social de nossa região causada pelo capitalismo dependente. Tais políticas são dirigidas para assegurar a transferência de recursos da região em forma

de pagamento dos serviços da dívida externa. Para cumprir os compromissos com o capital financeiro internacional os governos latino-americanos agravam a descapitalização de nossas economias e os níveis de exploração e miséria das maiorias. Além disso tal política privilegia os mecanismos do mercado, aparentemente livre, para os problemas econômicos e a regulação e reestruturação de nossas economias, favorecendo as grandes empresas multinacionais e nacionais que o controlam, em detrimento dos interesses nacionais e populares.

A estratégia predominante se caracteriza pela reestruturação e redução do papel do Estado na economia, sem planejar sua necessária transformação em função dos objetivos nacionais, democráticos, econômicos e sociais das maiorias. Promove a privatização e acentuando a centralização a concentração do capital nas mãos das forças multinacionais da economia, instaurando uma abertura externa indiscriminada e propiciando maiores níveis de exploração e opressão da força de trabalho com a redução dos salários, a desproteção nas condições de trabalho e o retalhamento dos direitos sindicais.

Enquanto a participação do Estado foi útil para as necessidades de acumulação do capital ela não foi questionada. Hoje, diante da necessidade de ampliar a fronteira da inversão do capital nacional e internacional, se culpa o Estado pela crise econômica de nossos países, assim como de supostas "práticas socializantes" na economia, com o que se procura a redução ou estreitamento dessa participação para assim apropriarem-se das empresas estratégicas e prioritárias de alta rentabilidade que o Estado controlava. Tal situação de privatização relega os princípios de soberania e o cumprimento dos objetivos nacionais sobre crescimentos econômicos mais equilibrados e sustentáveis, já que passa a predominar o objetivo exclusivo da alta rentabilidade. Isso acentua os problemas existentes, resultando na vulnerabilidade de nossas economias

DECLARAÇÃO DO MÉXICO

aos fatores externos (maior inversão estrangeira direta, maiores créditos) para o financiamento dos desequilíbrios gerados.

Para isso foi promovida a transformação da máquina jurídico-institucional que rege relações internacionais, entre as quais destacam-se: a eliminação de barreiras protecionistas que permitiram a industrialização de nossos países; a modificação das leis de inversão estrangeira; a modificação de leis trabalhistas para assegurar maior exploração da força de trabalho, assim como a modificação das leis agrárias para reverter o processo de reforma agrária e privatizar o campo. Dito processo compreende, além dos recursos institucionais, o uso da violência contra os movimentos rurais do continente dado o notável peso que eles têm no movimento popular e social.

A imposição do neo-liberalismo e suas políticas pró-imperialistas e anti-populares tem sido possível, em boa medida, aos controles verticais e às democracias restritas predominantes em muitos de nossos países. Neste ponto destacam-se as fraudes e mecanismos eleitorais irregulares, a extensão de práticas venais e corruptas, a repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, o controle da imprensa e dos meios de comunicação na perspectiva de limitar o alcance das transformações democráticas, manipular os anseios democratizadores da sociedade, e, permitir com relativa governabilidade - a instrumentação de um novo aparelho de dominação no qual se combina o neo-liberalismo com o autoritarismo político e um sistema de impunidade para o abuso e a corrupção dos governantes.

Também constituem instrumentos a serviço do neo-liberalismo a sobrevivência das doutrinas de segurança nacional, a militarização das sociedades e o crescente rol das forças armadas e paramilitares em diversos governos latino americanos que se apoiam em estados de sítio e de emergência e retalham, cada vez mais, os direitos democráticos da população. Devemos ressaltar que em diversos países se delinearão estruturas políticas nas quais os que são eleitos têm seu mandato diminuído pois se sobreponem instituições não eleitas às instâncias eletivas, limitando-lhes a capacidade de ação para modificar as políticas neo-liberais já impostas e transformar tais realidades.

A reestruturação neo-liberal implica num processo maior de subordinação dos Estados nacionais aos interesses imperialistas dos países desenvolvidos, o que se traduziu em perda de soberania, em priorização ao pagamento da dívida, na concessão de grandes benefícios às transações e, conseqüentemente, na eliminação de políticas de bem estar social, na redução do ingresso das maiorias trabalhadoras e afetando os interesses das classes médias, operários e camponeses.

Na medida em que a política neo-liberal fracassou na solução dos

problemas econômicos de nossa região, não tendo sido capaz de gerar condições de crescimento econômico e estabilidade, leva a outorgar novas concessões ao capital multinacional: maiores facilidades à inversão estrangeira direta, maior abertura econômica, acordos econômicos bilaterais, para estimular o fluxo de investimentos em nossos países e retomar ou criar condições de crescimento que passam a favorecer somente os setores hegemônicos.

As políticas neo-liberais levam nossas economias a especializarem-se novamente em torno das vantagens comparativas (recursos naturais e processos produtivos baseados no uso intensivo da mão-de-obra) para encarar o processo de competência e de inserção na economia mundial. Ao centralizar o crescimento nestes setores se acentuará a dependência e o atraso de nossas economias em relação às economias dos países desenvolvidos. Conseqüentemente tal projeto não é senão a subordinação das economias latino americanas ao projeto de reestruturação global comandado pelos países desenvolvidos e especialmente por setores hegemônicos da economia norte-americana.

Neste projeto se combinam novos e velhos métodos de penetração e ingerência, de reestruturação hegemônica dos Estados Unidos com o continente: a "Iniciativa para as Américas, a invasão do Panamá para assegurar o controle do canal e do país, o estrangulamento da Nicarágua por uma guerra imposta, o bloqueio e a ameaça contra Cuba, as tentativas de imediatização dos processos de solução política negociada na América Central para dismantelar os movimentos democráticos e a preparação da "guerra andina" contra o narcotráfico.

São medidas para reconstruir na região a zona de dominação econômica e geopolítica dos Estados Unidos, a "fortaleza americana", amarrando os países latino americanos a uma nova e maior subordinação consentida por seus governos.

É indispensável pensar em nossa própria alternativa, com novas idéias e critérios, a fim de evitar que as relações econômicas com os países imperialistas e os mecanismos do mercado aprofundem as diferenças existentes e perpetuem o subdesenvolvimento, a dependência e a integração subordinada e passiva com os países desenvolvidos.

Diante dos enormes desafios que temos à frente não podemos pensar que o melhor caminho para os países da América Latina e Caribe seja o de continuar cada um por seu lado, presos a seus próprios esforços e não atendendo às nossas raízes e às condições comuns que hoje vivem nossos países frente ao mundo desenvolvido. A solução de fundo para as dificuldades e problemas se encontra hoje na transformação profunda de nossas sociedades e na integração política e econômica da América Latina e do Caribe que tem sido durante séculos o incentivo das lutas libertárias

e constitui agora idéia motora para impulsionar nossa emancipação frente ao processo de reestruturação do capitalismo a nível mundial para poder contribuir na formação de uma nova ordem internacional que respeite nossos valores nacionais e satisfaça as necessidades de nossos povos.

Avançar em direção a esta meta só será possível se estabelecermos em nossos países Estados Democráticos e independentes e governos comprometidos com uma transformação e sustentados por um forte apoio e uma decisiva participação popular. Este tipo de respaldo só pode se dar, em nossos dias, em sociedades justas, democráticas e organizadas. Dito processo deverá ter fundamental participação dos setores excluídos no modelo liberal, ou seja, os trabalhadores da cidade e do campo, a pequena e média burguesia, os empresários nacionalistas, amplos setores de mulheres e jovens, as nacionalidades e etnias oprimidas, os setores mais desprotegidos da sociedade.

No campo econômico, se trata de que a organização democrática da sociedade defina as funções do mercado e a participação do Estado na vida econômica. Isso deverá ser feito em uma perspectiva antimonopólica e de justiça social. Este será um dos ingredientes de nossas propostas democráticas na luta por ser governo e poder.

Nesta base será possível alcançar e consolidar em cada um de nossos países os objetivos e valores comuns: democracia econômica, política e social; respeito ao voto e à participação política direta e permanente do povo; pluralismo; cidadania; direitos humanos; direitos sociais; reformas estruturais e reforma agrária; organização democrática e independente do povo; proteção da natureza; respeito e promoção da identidade cultural e nacional dos povos originários de nosso continente; solidariedade social e soberania nacional.

A partir da constatação dos limites e dos processos democratizadores na América Latina, os debates do fórum apontaram para a reafirmação de seu compromisso com a democracia econômica, política e social, que consideramos um valor permanente em todos os momentos de luta.

As discussões mostraram a necessidade de articular as dimensões econômicas, culturais e sociais da democracia com sua dimensão política. Os valores de igualdade e de justiça social são inseparáveis da liberdade.

Para que esta democracia possa constituir-se e desenvolver-se é fundamental que os setores populares tenham neste processo um rol protagônico decisivo. Uma democracia, como processo aberto de criação de novos direitos, incorpora necessariamente reivindicações e alternativas apresentadas pelo movimento de mulheres, pelos que lutam pela preservação do meio ambiente, pelos jovens, pelas nacionalidades e etnias - minorias ou não que sofrem a opressão e dis-

criminação em nossas sociedades.

Ao defender a democracia para a sociedade e para o Estado estamos ao mesmo tempo defendendo a democracia no interior dos partidos, dos sindicatos e de todas as organizações sociais.

Neste ponto, a educação política é necessária no interior dos partidos, mas particularmente é uma responsabilidade destes com a sociedade, o que retoma os termos em que a democracia deve conceber-se e realizar-se.

Portanto esta educação política deve contribuir para a democratização de nossas sociedades, e de maneira relevante à de nossos partidos e organizações, reunindo elementos para a geração de uma nova cultura política.

As organizações e partidos políticos que participaram do II Encontro concordaram com a necessidade de continuar discutindo na busca de políticas alternativas aos modelos neo-liberais hoje predominantes em nossa região. Nesta busca nos comprometemos em empreender iniciativas políticas conjuntamente com partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil de outros países e regiões do mundo a fim de lutar por uma nova ordem econômica e política baseada na justiça na igualdade e na reciprocidade.

Os participantes deste II Encontro, concordamos em fazer uma série de eventos que permitam dar continuidade à troca de opiniões sobre a atual temática latinoamericana:

1. Um seminário sobre projetos alternativos de integração latinoamericana, com a participação de especialistas, sindicalistas e dirigentes políticos latinoamericanos (fevereiro de 1992)

2. Realizar o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Fórum de São Paulo, para continuar a troca de experiências e a discussão política e as conclusões tiradas no seminário (junho de 1992)

3. Efetuar um fórum sobre o diálogo Norte-Sul, a realizar-se em alguma capital europeia.

4. Realizar um fórum sobre a América Latina e a nova ordem mundial a realizar-se nos Estados Unidos.

5. Enviar delegações de destacados dirigentes políticos latinoamericanos a distintos fóruns nacionais, regionais e internacionais a fim de apresentar as conclusões de nossos eventos

6. Estimular, participar e respaldar todos os programas alternativos às comemorações oficiais do V Centenário do denominado *descobrimiento da América*

O II Encontro decidiu formar um grupo de trabalho encarregado de consultar e promover estudos e ações unitárias sobre as deliberações do Fórum, integrado pelas seguintes organizações: PT, PRD (México), PC cubano, FSLN, FMLN, um representante da Frente Ampla do Uruguai, um representante do Perú, Movimento Bolívia Livre e Movimento Lavalás do Haiti.

México, D.F., 15 de junho de 1991.

A dura tarefa de regularizar as finanças

A Secretaria Nacional de Finanças (SNF) e os secretários regionais de finanças estiveram reunidos, no dia 23 de maio, na sede nacional do PT, em São Paulo, para avaliar a atual política de finanças do partido, avaliar a situação e a dívida de cada estado além de debater propostas e campanhas unificadas.

Estiveram presentes à reunião Raul Pont, Joaquim Soriano, Helio Arantes (SNF); Carlos Biasi (PR); Renato Lima (PB); Zenaide Lustosa (PI); José Carlos Valim (AM); Paulo Roberto Vieira (PE); Adalto Gomes (SC); Delmar Steffen (RS); Luiz Carlos Brasiliense (CE); Beto Bastos (RJ); Márcio Grieco (MG); Clóvis Avelino Ribeiro (PA); Alberto de Castro Amorim (AP); Francisco Antonio Palermo (MS); José Mauricio (GO) e Eloy George Werfel (do coletivo nacional da SORG).

Desde o início do mandato da nova Comissão Executiva Nacional (CEN) a Secretaria optou por um processo de regularização das finanças que incluía: em primeiro lugar, a regularização da receita do Congresso, estendendo a cobrança aos funcionários de gabinetes e assessores da liderança que não contribuíam; em segundo lugar, iniciar a regularização da contribuição dos estados (neste ano apenas 16 contribuíram para a SNF e ainda de forma irregular); e em terceiro, o lançamento de campanhas financeiras extraordinárias e de investimentos que pudessem evitar nossa dependência exclusiva das contribuições de parlamentares e filiados.

Durante a reunião, após várias intervenções, chegou-se a alguns pontos consensuais de encaminhamento, e outros para serem remetidos para discussão nas devidas instâncias do partido. Os pontos consensuais foram:

A necessidade de um trabalho de educação política no PT sobre o papel das finanças, seu caráter político e a garantia da democracia interna partidária. Campanha através de cartazes, uma nova cartilha (mais didática e atrativa do que a anterior);

A necessidade da maior transparência possível nas informações ao conjunto do partido através de balançetes que serão publicados no Boletim Nacional visando a prestação de contas e a informação dos estados e/ou contribuições parlamentares em atraso ou inadimplência;

Elaboração de um ante-projeto de Plano de Cargos e Salários, unificando ao menos os critérios e métodos para o conjunto do país. Os estados RS, SC e PR já trouxeram suas experiências neste sentido. Até a próxima reunião nacional de secretários de finanças dos estados a SNF deve apresentar uma sistematização das propostas existentes;

Aprovar como a grande meta de todas as secretarias para o próximo período a regularização e ampliação das contribuições de filiados e de simpatizantes. Temos aí um grande potencial só lembrado em períodos eleitorais.

UF	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
DF	0,00	264841,00	250934,52	0,00	284382,47	0,00	800157,99
PR	0,00	320848,50	0,00	451242,00	0,00	0,00	772091,00
ES	470000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	470000,00
MG	450000,00	0,00	510407,00	600000,00	0,00	1813582,00	3373989,00
RS	315000,00	0,00	0,00	0,00	1500000,00	1089535,02	2908535,02
PB	0,00	38347,30	0,00	0,00	0,00	53200,00	91547,30
PA	0,00	0,00	123000,00	0,00	0,00	588367,00	711367,00
SC	0,00	0,00	109840,00	0,00	48385,00	442167,00	600392,50
MS	0,00	0,00	72148,00	72148,00	263000,00	72148,00	479444,00
RJ	0,00	0,00	1386864,90	599992,14	762498,39	1594459,58	3908815,01
AC	0,00	0,00	0,00	7759,04	7320,00	0,00	15079,04
SE	0,00	0,00	0,00	477939,10	0,00	234949,00	712888,10
SP	0,00	0,00	0,00	0,00	427500,00	1205000,00	1632500,00
CE	0,00	0,00	0,00	0,00	100193,00	142011,00	242204,00
MT	0,00	0,00	0,00	0,00	252772,50	0,00	252772,50
GO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	618779,58	618779,58

Criar mecanismos regulares e sistematizados de contribuição.

As resoluções tiradas nesta reunião, e encaminhadas ao DN e ao I Congresso, são as seguintes: a) a compreensão que o repasse dos 30% do salário dos parlamentares é regimental, estatutário, e que, em seu município de origem o parlamentar deve cotizar com o partido conforme o regimento interno; b) para os filiados não parlamentares a contribuição de 1% é insuficiente. A tabela poderia ser progressiva, por exemplo: para quem ganha até 5 PNS (Piso Nacional de Salário) a contribuição seria de 1%; para os que recebem entre 5 e 10 PNS a contribuição seria de 2% e para os que ganham acima de 10 PNS a contribuição seria de 3%

Avaliação dos estados

Apresentamos acima um quadro demonstrativo das contribuições dos estados de janeiro a junho de 1991.

O quadro fala por si. A situação dos débitos estaduais é crítica e é mais um grande desafio que temos pela frente: reorganizar e recuperar as finanças.

Atenção: Os estados que não estiverem em dia com suas obrigações financeiras junto ao Diretório Nacional não terão direito a participar do I Congresso.

Para efeito de normatização e padronização, estamos considerando como PNS o valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) para efeito de redutores ou de cálculos exigidos nas tabelas do Regimento Interno ("Nova Política de Finanças").

A reunião ratifica também, porque é norma regimental, que os únicos descontos possíveis para cálculo sobre o líquido recebido são: Previdência Social, Imposto de Renda e Auxílio Moradia (quando existir, por exemplo: Câmara Federal).

As secretarias estaduais devem dar publicidade de suas contas ao conjunto do partido nos estados por mecanismos regulares, como boletins ou jornais mensais.

A reunião dos tesoureiros encaminha também ao DN a necessidade

de uma definição partidária sobre a prática de crescentes endividamentos em períodos eleitorais. O partido tem que definir regras claras para que se evite essa situação, pois desorganiza completamente as finanças regionais e principalmente a nacional (ver QUADRO) pois o primeiro a não receber é o DN quando os estados hierarquizam os credores.

Fruto de vários casos e consultas feitas à SNF, esta orienta e ratifica o regimento interno de que é vedado aos DRs e DMs estabelecerem acordos específicos com parlamentares e membros de executivos de contribuições abaixo das tabelas fixadas pelo regimento interno e pelas alterações constantes na cartilha "Nova Política de Finanças".

Em relação aos estados, a reunião entende que o DN poderá analisar casos específicos de tratamento diferenciado

da cotização regional ao DN.

Propostas e Campanhas de Finanças

Aqui discutimos alguns projetos de finanças extras e campanhas unificadas.

"Raspadinha" - foi avaliada e aprovada como a grande campanha unificada do partido visando o I Congresso. Em princípio o projeto propõe uma arrecadação através de uma "raspadinha" de 500 mil bilhetes de um bônus voluntário de doação partidária.

JORNAL - O Jornal nacional do partido, previsto para saída imediata exige o compromisso solidário e material do conjunto do partido.

Foi apresentado ainda um projeto de informatização da relação do DN com os DRs e a bancada federal através de computador e via Embratel. É viável, barato e extremamente eficaz para acelerar e melhorar as informações dentro do partido.

II - Contribuições de parlamentares (e assessores)

Agostinho Valente (MG)	1ª parcela de maio	Cr\$ 161847,00
	2ª parcela de maio	Cr\$ 108483,00
	2ª parcela de junho	Cr\$ 246182,00
TOTAL		Cr\$ 516512,00
Ricardo Moraes (AM)	1ª parcela de junho	Cr\$ 161847,00
	2ª parcela de junho	Cr\$ 187185,00
	TOTAL	Cr\$ 349032,00

Assessorias: 1. Jaques Wagner (BA): ainda não fez nenhum depósito

2. João Paulo Vasconcelos (MG): ainda não fez nenhum depósito

III- Demonstrativo das despesas (resumido)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
desp. c/ pessoal	55,22	42,49	56,06	50,69	61,01	62,87
manut. sede	15,29	8,87	13,08	15,52	18,36	18,89
transporte	1,73	7,14	4,37	36,79	18,92	22,04
aliment. e hospedagem	0,19	0,19	5,92	7,71	10,05	1,96
desp. fiscais	0,73	0,96	0,16	1,42	0,65	0,15
móveis, utensílios	-	-	-	-	-	-
mat. gráfico	3,19	14,54	23,55	25,66	10,68	5,61
congresso	-	-	0,75	5,57	5,20	9,18
progr. rádio e TV	-	-	7,55	31,48	4,42	-
Boletim Nacional	-	-	-	-	-	1,84

* As porcentagens referem-se ao valor arrecadado no mes. Quando o total ultrapassar os 100% significa que, uma vez gastando mais do que arrecadamos, tivemos que nos socorrer da nossa reserva de caixa.

Raul Pont
Secretário Nacional de Finanças

Jornadas Nacionais: Avançar a Luta no Campo

A política do governo para o campo tem sido um desastre. Sua promessa de assentar 500 mil famílias não passou de marketing eleitoral. Na prática, desapropriou apenas 6 fazendas. A rigor não fez nenhum novo assentamento. E de quebra reativou projetos de colonização no Mato Grosso. Continuam acampadas mais de 10 mil famílias em todo o país. Para os pequenos agricultores a política agrícola tem sido um castigo. Não há crédito rural. Os preços completamente defasados dos custos reais. E a migração para a cidade, só não é maior, porque a crise é tão grande que não encontram a quem vender suas terras. Para os agricultores da região de fronteira agrícola, o abandono é total, basta lembrar a situação dos que vivem ao longo da transamazônica, onde existem apenas 6 médicos para 400 mil pessoas.

Diante de uma situação tão crítica para os trabalhadores, não há outra saída senão aumentar as mobilizações de massa e a luta em geral.

Muitas categorias estavam e estão

desenvolvendo lutas com reivindicações específicas: sejam assalariados rurais, sem terras, movimento pela sobrevivência na transamazônica, pequenos agricultores do sul. Mas há necessidade de juntar esforços e dar um salto de qualidade e conseguir realizar grandes mobilizações. Sobretudo superando interesses corporativos e fazer frente, de forma nacional, à política nacional do grande capital, através do governo Collor.

Nessa perspectiva é que várias organizações de trabalhadores rurais: Departamento Rural de CUT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, e o Partido dos Trabalhadores, através de suas Secretarias Agrárias, estão fazendo esforços no sentido de levar adiante as **jornadas nacionais de luta dos trabalhadores rurais**, buscando realizar grandes mobilizações de massa, num mesmo período e a nível nacional que consigam pressionar o governo Collor e arrancar conquistas



econômicas e políticas.

Por isso, teremos muitas atividades, na semana comemorativa dos trabalhadores rurais, dia 25 de julho, e na primeira semana de outubro, com as campanhas continentais de protesto contra a dívida externa e 500 anos de colonização da América.

No entanto, a luta pela Reforma Agrária e mudanças na agricultura não é uma tarefa apenas dos trabalhadores rurais. É necessário que os trabalhadores urbanos, especialmente através do movimento sindical e de outros movimentos específicos também participem. Já para a Jornada

de julho, estará participando ativamente o Movimento Nacional pela Moradia, numa campanha conjunta "Terra para Morar, Terra para Plantar". É tarefa também de todo militante petista, do campo e da cidade, contribuir para que as jornadas se transformem em grandes mobilizações de massa.

E, fundamentalmente, deve ser compromisso do Partido dos Trabalhadores, através de todas as suas instâncias (Diretórios, Executivas, Secretarias, Parlamentares, administrações) garantirem a luta por Justiça, Liberdade, Terra e Trabalho.

Os sem terra no banco dos réus

No dia 8 de agosto de 1990, 600 colonos ocuparam a Praça da Matriz, em Porto Alegre, reivindicando o cumprimento de promessas do Governo do Estado. Enquanto uma comissão negociava a retirada dos colonos da praça a Brigada Militar atacou. Houve tiros, gás lacrimogêneo, correria, um soldado morto, outros feridos e colonos baleados.

Naquela noite Otávio Amaral foi preso, acusado de autor do golpe de foice que matou o brigadiano Valdecio Lopes, às 11h45 na esquina da Borges de Medeiros com rua dos Andradas. O problema é que nessa hora Amaral estava sendo atendido no Hospital de Pronto Socorro. José Gowaski, preso horas depois, também foi identificado por um grupo de pessoas que participaram de um processo de reconhecimento juridicamente questionável.

Dias depois Augusto Moreira e Idone Bento, - colonos acampados na fazenda do Inera, em Cruz Alta, foram acusados de ajudantes no crime e também foram levados ao Presídio Central onde se encontram até hoje.

Estão presos em função dos depoimentos de sete testemunhas que foram cus-todiadas pela Brigada Militar, jantaram juntas, conversaram entre si, tudo que é proibido por lei.

Já são quase dez meses de prisão sem julgamento, ferindo o artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal. O Judiciário escuda-se na hipotética "ameaça à ordem pública".

A luta brasileira pela reforma agrária foi posta no banco dos réus, mantém-se inocentes presos para dar à sociedade a idéia de que são os sem terra e os pequenos agricultores os culpados pela falta de alimentos à população.

Pela verdade, justiça, dignidade e reforma agrária a Secretaria Agrária Nacional do PT convoca todos os companheiros do nosso partido a erguerem a bandeira pela libertação dos presos políticos.

Solidariedade ao colonos presos

Participe da campanha de solidariedade aos presos políticos mandando telegramas, telex ou cartas para: Governador do Estado, Dr. Alceu Collares; Presidente da Assmbléia Legislativa, Dep. César Schirmer; Presidente do Tribunal de Justiça, Des. Nelson Luiz Puperi. Todos no endereço: **Praça da Matriz, s/n 90010 - Porto Alegre - RS.**

Escreva também para os presos Otávio, Gowaski, Idone e Moreira, no endereço: Presídio Central, Rua Roccio, s/n, Vila Lisboa, CEP 91500 - Porto Alegre - RS.

Encontro de parlamentares

Nos dias 15 e 16 de julho a Secretaria Agrária Nacional realizou em Chapecó, Santa Catarina, um Encontro de Parlamentares, secretarias agrárias estaduais, entidades e movimentos rurais. O objetivo do Encontro foi avaliar os trabalhos desenvolvidos no primeiro semestre deste ano, que envolveram os gabinetes, secretarias, entidades e movimentos além de debater e planejar a estratégia de trabalho para o segundo semestre. Construir um

fórum de democratização das informações e dos trabalhos e buscar saídas aos desafios dos trabalhadores rurais do sul, foram temas amplamente debatidos, reforçando a ideia de realização de encontros setoriais.

Participaram deste Encontro a SAN e as Secretarias Estaduais do PR, RS, SC, MS, deputados federais, estaduais e vereadores, entidades e movimentos ligados ao campo como: MST, Mulheres, CUT, CRAB, DESER etc

Curso de formação

A Secretaria Agrária Nacional está organizando, em conjunto com a Secretaria de Formação Política o primeiro curso de formação para lideranças petistas na área rural.

O curso será realizado em duas etapas: de 12 a 18 de agosto e de 7 a 13 de outubro, ambas no Instituto Cajamar. A primeira etapa debaterá a situação alimentar no Brasil e no mundo, a estrutura fundiária e agrícola no Brasil e construção partidária.

Deverão participar do curso um militante ligado à área rural de cada estado, indicados pelas secretarias.

Finkler em liberdade

João Oity Finkler, liderança do Movimento Sem Terra do Paraná, esteve visitando a sede nacional do PT no dia 1º de julho para agradecer o apoio que recebeu do partido.

Ele esteve preso injustamente durante um ano e quatro meses e foi libertado no final de junho, depois de muita pressão por parte de entidades nacionais e internacionais e também do Partido dos Trabalhadores.

1º Congresso: Ampliar a Participação

Chegando a metade do ano e faltando 4 meses para a realização do evento principal do nosso primeiro Congresso, devemos esboçar uma primeira avaliação e tomar eventuais medidas necessárias de correção de rota. Quando nasceu, ainda do 7º Encontro, a idéia de se realizar um congresso vinha carregada da necessidade de se realizar um balanço geral, uma retomada de nossos objetivos e de uma corajosa avaliação de nossas estruturas internas.

Para que tal processo ocorresse seria recomendável, de um lado, um vigoroso movimento interno com grande adesão do conjunto de nossos filiados aos debates e busca de alternativas. De outro lado, acentuou-se a importância de diálogo para fora com a sociedade civil, convidando para o debate os mais diversos setores, o que nos permitiria colher importantes elementos para uma avaliação global de nosso projeto.

Nestes último meses realizamos pelo país afora um sem número de debates. Nunca um encontro do partido mereceu preparação tão antecipada e ampla. Talvez nunca na história anterior do partido se debateu tanto e tão amplamente.

A Coordenação do Congresso conseguiu, a duras penas, editar os primeiros números do jornal. Dezenove documentos preparatórios (pré-teses), foram registrados, extrapolando o quorum tradicional de tendências; vários coletivos de base ou ligados a estruturas partidárias registraram seus documentos. Enfim, entre textos, seminários e debates de toda espécie, o Congresso vai bem obrigado!

Há, no entanto, lacunas importantes que devem ser superadas com urgência se não quisermos comprometer a qualidade da contribuição do Congresso ao Partido. Ambas dizem respeito ao público que efetivamente participa hoje do debate e da elaboração.

Estão faltando importantes atores nesta peça: a chamada sociedade civil, nossas lideranças intermediárias e nossa base. É muita ausência!

Com relação à sociedade civil, foram feitos empenhos. Os seminários regionais buscaram essa ampliação. O do Recife, por exemplo, conseguiu trazer à mesa de debates, Arraes e Roberto Freire. Mas é preciso ir além dos momentos de solenidade, onde a participação costuma ser bem educada e respeitosa, por sugestão do ambiente. Nós precisamos saber de fato o que o público não petista pensa de nós, de nossos projetos, de

nossos parlamentares, de nossos governos, enfim de nossa cara política.

Esse é um dado imprescindível na nossa avaliação para o balanço geral. Nossa militância precisa (precisamos) ouvir sem preconceitos - desarmados - o que pensam de nós aqueles que são destinatários de nossa mensagem. E isso se pode fazer nos grandes seminários, mas também nos debates dos Diretórios Municipais ou por uma pesquisa que se poderia organizar em plano nacional, levada a cabo por nossa própria militância.

Quanto à participação de nossa base, trata-se de um desafio tão importante quanto difícil. É preciso começar a reconhecer que afastamos de nossa cultura política a participação da base, como elemento essencial de nossos processos. O leito comum normal, por onde fluem as águas da elaboração e do debate político é outro: os segmentos organizados se reúnem, realizam debates temáticos. Uma comissão elabora um texto que é novamente debatido pelos segmentos organizados e apresentado ao conjunto do partido na dinâmica dos encontros municipais, estaduais e nacional.

Esse afastamento da base não deve ser atribuído a uma deliberada intenção excludente ou elitista. Faz parte daquilo que poderíamos chamar de insuficiências que estão na própria nascente de nosso partido: não há tradição de efetiva participação coletiva, na cultura social e política brasileira, tanto de esquerda quanto de direita. Para romper esta tradição, nosso partido deveria ter um investimento muito superior ao que realizou, em termos de criação e manutenção dos canais de participação; deveria ter investido na capacitação política de sua base; deveria ter criado veículos estáveis de comunicação.

Pouco disso aconteceu. Fomos derrotados pela inércia. Assim como identificamos, no nascedouro da revolução bolchevique, germes daquilo que depois se cristalizou no stalinismo e outros desvios, temos que reconhecer que na fundação mesma de nosso partido está a insuficiência que hoje se traduz numa prática autoritária, de fóruns oficiais de deliberação, de burocratismos, para citar apenas alguns...

Tudo isso para dizer que na história de participação de base num processo democrático de fato requer do conjunto do partido, nesse momento, um esforço de ruptura da inércia.

E é bom lembrar:

Ótimo que estamos avançando

certas elaborações. Ótimo a fecundidade do debate, amadurecimento de posições, idas e vindas. Nada contra o aprofundamento, a sofisticação de nossas elaborações.

O problema é o progressivo fosso entre nós, direção, e nossa base. Entre nós, conjunto petista, cutistas, setores organizados e o amplo setor que a cada dia mais é vítima desse processo que barbariza corpos e cabeças. É isso mesmo! Os Joãos, Marias e Terezas que lutam, é por não morrer de fome. Ponto. Pelo espaço no cortiço, pelos 20 metros quadrados na favela. Esse setor - sempre mais amplo - que em nossa concepção amadurecida é parte integrante e sujeito de nossa estratégia - necessariamente de maioria - está cada vez mais longe de nós. E mais perto da barbárie física e moral da decomposição humana.

Quanto menos inseridos neste tecido social básico, menos informação, menos sensibilidade teremos para este setor. Na justa conta em que as saídas messiânicas da falsa religiosidade ou do paternalismo autoritário e político são vedados por nosso código de ética.

Para assegurar a democracia interna compreendida como um processo muito mais amplo que a simples convivência de correntes e sujeitos plurais; para assegurar o caráter progressivamente massivo de nosso partido e para assegurar a incidência e a coincidência de nossa elaboração com o real cotidiano de nosso povo, nós não temos outro

caminho!

É torrar menos energia nas disputas pelos aparelhos; é equilibrar nossa presença no campo institucional e na elaboração, com um investimento organizado de fato, com o deslocamento de lideranças, de investimento em formação, na elaboração de materiais, buscando a organização e ampliação de nossa base social. Com a humildade de quem sabe que tem o que aprender. Com a responsabilidade de quem tem que dirigir. Porque na medida em que crescemos como aparelho nos afastamos ou deturpamos essa relação... Pode ter coisa mais deprimente do que ver gente do povo sendo carregada para fazer número como delegado em certas plenárias, onde estão em jogo interesses de diversas correntes nossas? E nós que conhecíamos esse filme protagonizado por outros atores...

Não sei se para o Congresso conseguiremos muito. O tempo é exíguo. Mas é preciso começar agora. Os DM's têm muitas possibilidades. A SNFP deve se autocriticar por não ter conseguido priorizar, a tempo, a elaboração dos materiais que pudessem auxiliar no debate em torno desses caminhos. Só agora saíram duas cartilhas que podem ser úteis nesse trabalho. Agora, é lutar contra o tempo, e contar com a vontade política de nossas direções em todos os níveis.

Gilberto Carvalho
Secretaria Nacional de Formação Política

III Encontro de Mulheres

Nos próximos dias 16, 17 e 18 de agosto vamos realizar, em Belo Horizonte, Minas Gerais, nosso Terceiro Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres.

O nosso último Encontro Nacional, realizado em Vitória, em julho de 1988, discutiu um longo documento de definições políticas gerais sobre o feminismo, a luta contra a opressão das mulheres, nossa visão do movimento e da organização das mulheres no partido. Foi a primeira elaboração mais sistemática e unificada das petistas a nível nacional. Além disso, a realização do Encontro impulsionou o trabalho feminista no partido, ampliando a organização de Secretarias Estaduais de Mulheres.

O Terceiro Encontro terá sua pauta voltada para três questões centrais: a

preparação do 1º Congresso do PT, nas discussões de socialismo e construção partidária e a importância da realização dos Encontros Setoriais de Mulheres; feminismo e políticas públicas; e as perspectivas e desafios do movimento de mulheres, buscando priorizar o debate sobre nossa intervenção nas questões de saúde, trabalho e violência.

A Sub-secretaria Nacional de Mulheres do PT já enviou a todos os Diretórios Estaduais a circular com pauta e critérios de delegadas ao Encontro Nacional. Alguns Estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná já realizaram seus encontros preparatórios, elegendo delegadas. Até o dia 04 de agosto, todos os Estados deverão enviar à Sub-secretaria Nacional a ata dos Encontros Estaduais com as respectivas listas de delegadas.

A contribuição dos eco-socialistas

A luta pela defesa do meio ambiente ganhou contornos de confronto com a ordem existente, socialmente injusta e ecologicamente irresponsável.

A Questão Ecológica, por estar inserida no centro das grandes discussões mundiais da atualidade (como a reorganização geopolítica do mundo pós-muro de Berlim, a eclosão de novas tecnologias, a questão dos recursos naturais, dos modelos econômicos, da Dívida Externa dos países do Sul), é pois uma discussão que aponta para o destino da Humanidade. Nenhum militante preocupado com a transformação social pode dar-se ao luxo de recusar este debate.

E o PT? Como ele está colocado nesta discussão? Qual a sua capacidade de assimilar este fluxo de novas idéias? Qual a contribuição que pode ser dada pelos ecologistas do Partido?

Tais perguntas devem ser encaradas com franqueza. O PT pouco tem destacado da questão ambiental em seus programas, pauta de discussões, em sua prática partidária. Quando muito, existem algumas posturas ambientalistas reduzidas ao seu *aspecto pontual*, sem maiores compromissos com a globalidade da questão. Amplos segmentos do Partido manifestam, inclusive, insegurança no trato da questão ambiental, apesar da classe trabalhadora ser a principal beneficiada por uma política ambiental séria, justa e decente. Ao nível do público politizado é constante a observação da ausência de uma perspectiva partidária quanto à ecologia, uma cobrança que representa que este público espera muito do PT, pois ele representa o que há de mais avançado neste país.

Algumas das razões contrárias à ecologia devem-se à uma interiorização mal digerida da própria questão do socialismo. Por décadas a esquerda em geral optou, implícita e explicitamente, pelo Socialismo "Nominal". Colocar que "o PT jamais defendeu o Leste Europeu" é uma meia-verdade (ou meia-mentira), pois de modo geral a crítica a estes regimes não foi aprofundada em sua justa e merecida medida. Este "socialismo", com repressão indiscriminada, burocratizado, estéril e incompetente, já morreu e já foi tarde. Não poucos militantes encontram-se atordoados com a queda do Muro, e possivelmente,

alguns debaixo de seus escombros.

Neste contexto, a reação do movimento ecológico é de absoluta tranqüilidade. Por décadas os ambientalistas têm denunciado o descalabro ambiental do Leste Europeu e a realidade político-social pertinente à eles. Em especial o ambientalismo de esquerda, que jamais compactou com o do Leste, pode manter a sua identidade socialista e de certa forma, com *mais firmeza* do que antes. Nenhum tipo de socialismo é válido na ausência de um compromisso com uma nova forma de relacionamento com a Natureza, pressupondo em igual medida, novas relações dos homens e mulheres com o meio ambiente. Neste sentido, para sermos ecologistas de verdade, precisamos ser socialistas. Fora disto, o que existe é a anti-utopia, assumindo hoje a forma do neoliberalismo, que aliás já dispões de seu próprio "discurso ecológico".

Apesar do que foi colocado, a presença dos petistas no movimento ecológico é enorme. Lideranças nacionais, teóricos e formuladores de política ambiental, parlamentares, ativistas e militantes verdes usam com frequência a estrela vermelha como o seu símbolo partidário. Os "ecopetistas" constituem o grande divisor de águas no interior do movimento, propondo o eco-socialismo e negando a apropriação privada da Natureza como instrumento para gerar "riquezas para todos" ou criar "um novo jardim do Éden", "ilimitado e sem fronteiras".

A opção destes ecologistas pelo PT data da fundação do Partido, desde os primeiros momentos, onde a idéia de criar um Partido que fosse expressão dos movimentos sociais encontrou grande receptividade entre os ecologistas, resultado de uma opção anterior, o ambientalismo de esquerda.

Apenas em 1988, como resultado de resolução partidária, os ecologistas iniciam uma discussão nacional e partidária, apontando para o aprofundamento de sua organização interna, detalhamento de suas propostas e principalmente, intervenção no interior do Partido.

A aproximação do I Congresso do Partido ressalta a importância de participação dos ecologistas, cujo Encontro Nacional, aprovado em junho pela Executiva Nacional deve ser precedido de Encontros, Setoriais nos estados. Entre as

prioridades que estão colocada para os petistas do movimento ecológico, podemos elencar:

1) Encaminhar a gestão de uma política ambiental petista que incorpore a enorme contribuição do ambientalismo de esquerda. Com a popularidade atual da questão ecológica, não são poucos os petistas que assimilaram uma visão "antisséptica" de ecologia, cuja matriz é um *discurso de direita*, não-classista e pasteurizado. Assim, até mesmo textos do PT incorporam ambigüidades como "manejo racional", "desenvolvimento auto-sustentável" ou as chamadas "soluções técnicas", conceitualmente equivocadas e politicamente suspeitas. É necessário discutir as causas profundas da degradação ambiental com vistas à sua superação política e não uma "alternativa técnica" que reforça, no longo prazo, a capacidade destrutiva do sistema sob o qual vivemos.

2) Rediscutir a nossa inserção no Partido, com a criação de instâncias que sejam a expressão do ecologismo enquanto movimento real da sociedade. É necessário definir os espaços da questão ecológica. Núcleos, por exemplo, devem afirmar a sua vocação de associação com o movimento popular (com o ecológico, no nosso caso), sem excluir a constituição de outros fóruns, como Grupos de Trabalho, etc. Mais ainda, existe o óbvio complicador de intitular de "ecológicas" atuações desvinculadas do movimento, criando resistências junto aos ativistas que historicamente tem pautado a questão ambiental: os ecologistas.

3) Aprofundar o debate ecológico no interior do partido, onde um segmento importante o confunde como uma mera expressão do comportamentalismo, individualidades "alternativas" ou fluxos psicológicos do cotidiano. Se todo ecologista é contestador, nem todo o contestador é ecologista.

4) Avaliar as Administrações Democráticas e Populares em sua interface ambiental existente, proposta ou simplesmente não encaminhada. Este ponto é de vital importância para o Partido, pois é um dos pontos onde uma política nova/contemporânea pode mostrar-se a que veio.

5) Temas de importância estratégica, como a Conversão da Dívida Externa, Encontro Paralelo das Organizações Não-Governamentais relativo ao UNCED-92, Ecologia e Mundo do Trabalho, Um Projeto Eco-Socialista para o Brasil, Ecologia e Movimentos Populares, A Questão Ambiental e a Nova Ordem Geopolítica Mundial constituem pauta obrigatória dos ecologistas petistas, adicionadas de outros pontos julgadas de interesse por parte dos ecologistas petistas.

Estamos caminhando por momentos decisivos da vida partidária. É o momento por excelência para que os militantes ambientalistas filiados ao PT contribuam para este debate e ao mesmo tempo, acumulem subsídios para sua prática junto ao próprio movimento.

Maurício Waldman
Membro da Coordenação
Nacional dos Ecologistas do PT
e do coletivo da SNMP

I Encontro Nacional de Ecologistas do PT

Antiga reivindicação dos ecologistas petistas foi atendida: em 24 e 25 de agosto vai se realizar o 1º Encontro de Ecologistas do PT. Angra dos Reis aparece como grande alternativa enquanto local.

O importante é que este 1º Encontro, além de propiciar um debate mais profundo sobre as questões específicas do movimento ambientalista, deve também estar inserido no processo do I Congresso do PT. Por isso a necessidade de um debate geral da pauta do Congresso.

O Eco-socialismo e seu projeto para o Brasil, a Ecologia e o Mundo do Trabalho, o Movimento Ecológico e suas relações com outros

Movimentos sociais, a Nova Ordem Internacional, a questão da Conversão da Dívida Externa em Projetos de Defesa da Natureza, a ECO 92, a Inserção dos Ecologistas nas Instâncias do PT são os temas apresentados como proposta de pauta do 1º Encontro. Teses deverão ser enviadas para a Coordenação do 1º Encontro, aos cuidados da Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

Daí, os ecologistas socialistas convocam, ao I ENCONTRO NACIONAL DOS ECOLOGISTAS DO PT, todos aqueles preocupados em fazer uma sociedade justa, democrática, moderna e ecologicamente responsável.

Projeto Collor ataca Constituição

O governo encaminhou ao Congresso Nacional em 2 de maio um projeto que regulamenta o Artigo 8º da Constituição Federal, relativo à negociação coletiva e organização sindical.

Este projeto contém inúmeras medidas e dispositivos que praticamente anulam os ainda insuficientes avanços conquistados no Artigo 8º, procurando manter a tutela do Estado, dificultando ao máximo a livre organização sindical, o exercício do direito de greve e uma negociação coletiva compatível com os interesses dos trabalhadores.

De fato, ao estabelecer no Artigo 6º do projeto que o sindicato deve credenciar-se junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social após seu registro em cartório o governo questiona sua natureza de entidade de direito privado e mantém o atrelamento das organizações sindicais do Estado. Ao mesmo tempo, seu artigo 41, inciso 6º limita a 24 o número de dirigentes sindicais estáveis, abrindo campo aos patrões para tentar quebrar a capacidade de luta dos sindicatos através da demissão de seus dirigentes.

Além disso, entidades sindicais surgidas em bases territoriais onde já há representação podem ser reconhecidas, bastando provar, em seis meses, maior número de associados. O resultado é evidente: demissões

em massa com recontração condicionada à filiação ao sindicato mais confiável aos patrões.

No que toca à negociação coletiva de direito de greve, mantém-se o Estado como tutor e interventor, através de Justiça do Trabalho, cujos tribunais é que determinam o término das negociações e, portanto, a oportunidade ou não de uma greve. Se uma categoria entrar em greve antes disso pode ser processada por crime e sua entidade sofrer multas que variam de 500 mil a 250 milhões de cruzeiros. O projeto descarta a negociação coletiva no serviço público e estabelece uma nebulosa possibilidade de "flexibilização dos direitos através da negociação coletiva, respeitada a ordem pública" que se confronta com um direito constitucional ("a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada" - Artigo 5º da Constituição).

Como se vê, trata-se de uma batalha de Collor & CIA para retirar direitos conquistados na Constituição, a exemplo do que procurará fazer com todos os demais artigos a serem regulamentados. Por enquanto esta batalha está adiada, já que retirou-se o regime de urgência para o projeto. Mas ela será travada quando do retorno do recesso do Congresso, em agosto.

Há vários substitutivos, inclusive um projeto da CUT, apresentado pela nossa bancada. Este projeto aprofunda as conquistas já consignadas na Constituição Federal e introduz mecanismos de radicalização da democracia sindical, da organização de base (representação nas empresas) e de negociação coletiva no interesse dos trabalhadores, que explicita os pontos de conflito e contradições entre os trabalhadores e patrões que poderão ou não ser objeto de acordo

que gere novos avanços e conquistas.

A correlação de forças presente na Assembléia Nacional Constituinte produziu um texto constitucional que acomoda os avanços, retrocessos e ambigüidades. Os projetos de lei sobre organização sindical e negociação coletiva apresentados pelo PT procuram alargar todas as brechas que se apresentam aos trabalhadores. O projeto de Collor quer retroceder ainda mais. Esta é a disputa que está colocada.

Plenária de sindicalistas

Convocada pela Coordenação Geral do I Congresso, Coordenação Estadual/SP do Congresso, Secretaria Sindical Nacional e Secretaria Sindical Estadual/SP, realizou-se no último dia 4 de julho uma plenária de sindicalistas petistas de São Paulo. Na pauta, a participação dos sindicalistas no I Congresso.

Coordenada pelos companheiros Luiz Gushiken, Secretário Sindical Nacional, e Tatau Godinho, Coordenadora Estadual do Congresso, a plenária tinha como um de seus principais objetivos definir qual é a real disposição dos sindicalistas do PT em organizar Encontro Setorial Sindical para, como definem os critérios de participação, realizar a discussão do temário e eleger

delegados ao I Congresso.

A disposição demonstrada pelos companheiros que fizeram uso da palavra foi tal que não deixou dúvidas: os sindicalistas do PT querem organizar-se para ter uma participação efetiva na definição dos destinos do nosso Partido. Com base nessa disposição demonstrada pelos companheiros de São Paulo, a Secretaria Sindical nacional está encaminhando a todos os diretórios regionais a recomendação de enviarem o máximo de esforços para a realização dos encontros setoriais sindicais, como forma de resgatar para os sindicalistas o lugar que lhes pertence na definição da política partidária e do nosso projeto de sociedade.

O QUE ESTÁ EM JOGO NO IV CONCURTO

Resgatar a solidariedade sindical

A reconstrução do movimento sindical classista no Brasil, no interior de uma das mais profundas crises econômicas do mundo capitalista, foi um processo de luta global na sociedade que combinou diferentes iniciativas e frentes: à luta pelo fim do autoritarismo e contra a estrutura sindical oficial, somaram-se os inúmeros movimentos contra o arrocho salarial, pela Reforma Agrária, pela redução da jornada de trabalho, por uma política salarial que preservasse os assalariados dos roubos da inflação.

Como resultante deste processo surgiu a CUT, cuja combatividade e independência foram essenciais à primeira etapa de sua construção. Abre-se com o 4º CONCURTO, seguramente, um novo período, cujo eixo será o de recolocar os trabalhadores no centro da disputa política e ideológica na sociedade brasileira. Assim, a combatividade do período anterior deverão somar-se estratégias claras da Central para a disputa em torno de projetos globais e setoriais nas áreas econômica, política e social.

No entanto, uma preliminar parece

imprescindível para que o 4º CONCURTO esteja à altura desta tarefa. Trata-se da reafirmação de princípios básicos que são constitutivos da Central desde sua origem: a independência de classe que leve definitivamente a CUT para longe das mesas enganadoras do pacto social e socialista capaz de levar amplas massas à luta por seus objetivos imediatos e históricos; e a democracia, que é a condição básica para a existência de um sindicalismo plural e de massas.

É animador sentir que cada vez mais, sindicalistas e dirigentes partidários, das mais diversas correntes, tomam consciência de quanto é imperioso colocar um ponto final neste processo autofágico da luta intestina na CUT, que está consumindo a maior parte de nossas energias. Neste sentido, fazer um balanço objetivo e corajoso dos arranjos na democracia interna da Central e nas entidades sindicais será um bom início para o sucesso do 4º CONCURTO.

Durval de Carvalho
Executiva CUT Nacional

A alternativa ao neo-liberalismo

Os congressos estaduais já estão acontecendo e elegendo as delegações que irão participar do 4º CONCURTO. Que será realizado em São Paulo nos dias 4 a 8 de setembro no Anhembi.

Com 1.628 entidades filiadas, representando mais de quinze milhões de trabalhadores do campo e da cidade, estruturada em todos os estados e em todas as categorias, a CUT representa a maior e a mais bem sucedida experiência de central sindical em nosso país. Apesar da repressão, da violência no campo, apesar da estrutura sindical oficial e da Justiça do Trabalho, a CUT cresce e consolida-se a cada dia tanto política como organicamente.

O PT ajudou a criar a CUT e, por desdobração, a CUT tem sido extremamente importante para ampliar o espaço político do PT. O movimento sindical tem mais infra-estrutura e mais relacionamento diário com os trabalhadores e a sociedade como um todo, e cabe ao PT saber trabalhar este potencial para viabilizar tanto o projeto da Central como também o projeto do

Partido e do tipo de sociedade que almejamos.

Todos os sindicatos da CUT trabalharam por Lula no 2º turno das eleições presidenciais. Agora, precisamos trabalhar na viabilização das condições de os trabalhadores construir seu projeto alternativo ao neo-liberalismo populista do governo Collor. E esta responsabilidade tanto é da CUT como do PT e todos seus militantes devem contribuir para isto.

Uma observação importante para os petistas é perceberem que agora temos na CUT a participação também dos militantes do PCdoB e do PCB, o que é positivo, mas ao mesmo tempo obriga o Partido a funcionar mais como Partido no movimento sindical e não como um grande conglomerado de tendências. Caso contrário a relação será desigual.

Em 1991 teremos dois grandes e históricos congressos: o da CUT e o do PT sem medo de ser feliz!

Gilmar Carneiro
Secretário Geral da CUT Nacional